



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

**SENTENÇA**

Processo nº: **1005164-85.2018.8.26.0037**  
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Licença-Prêmio**  
Requerente: **José Laurindo Mapeli Filho e outros**  
Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

**JOSÉ LAURINDO MAPELI FILHO, GUILHERME DOSUALDO GUASTALDI e GIORGIA CATERINA DOSUALDO GUASTALDI**, qualificado(a)(s) nos autos, ajuizou(aram) a presente ação em face da(s) parte(s) requerida(s) **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, pretendendo o recebimento de 180 dias de licença-prêmio não usufruídas por MARGARETH DOSUALDO MAPELI, da qual são herdeiros, correspondente ao período de 2005 a 2010 e 2010 a 2015. Apresentaram os documentos de fls. 10/39 e 44/51.

Citada, a parte requerida apresentou a contestação de fls. 58/61, sustentando falta de interesse de agir, pois não houve requerimento administrativo. No mérito, aduz que a servidora usufruiu 60 dias da licença, havendo apenas 120 dias a serem indenizados. Juntou documentos (fls. 62/66).

Réplica às fls. 72/76.

**É o Relatório.**

**Fundamento e Decido.**

O feito está em condições de ser julgado, sendo desnecessária a dilação probatória (art. 355, I, CPC).

**1005164-85.2018.8.26.0037 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Embora se vislumbre a plausibilidade da preliminar de falta de interesse de agir, porquanto a questão poderia ser solucionada administrativamente, pois os artigos 212 a 214 da Lei nº 10.261/68 (redação da LC 1048/08) preveem que o pagamento seja realizado nas hipóteses de falecimento do servidor, no novo código impera a primazia do julgamento do mérito, além do que o artigo 488 ressalva que se resolva o mérito se a decisão for favorável à parte a quem aproveitaria o pronunciamento nos termos do artigo 485.

E embora os autores afirmem que houve negativa verbal quanto ao pagamento destas verbas, nenhuma comprovação trouxeram neste sentido.

E não há controvérsia quanto ao fato de que há 120 dias de licença-prêmio a serem indenizados, não os 180 dias postulados na inicial.

Ante o exposto, **HOMOLOGO o reconhecimento da procedência de parte do pedido** formulado na inicial, nos termos do artigo 487, III, "a" do Código de Processo Civil, para que a FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO indenize aos autores **JOSÉ LAURINDO MAPELI FILHO, GUILHERME DOSUALDO GUASTALDI e GIORGIA CATERINA DOSUALDO GUASTALDI**, 120 (cento e vinte) dias de licenças-prêmio não usufruídas, com base no valor dos vencimentos de **MARGARETH DOSUALDO MAPELI** na data do seu falecimento, com atualização monetária desde esta data até efetivo pagamento, mais juros de mora legais desde a citação, de acordo com o disposto no artigo 1º-F da lei 9.494/97 com a redação dada pela Lei 11.960/09, nos termos do Recurso Especial nº 870.947.

Diante do princípio da causalidade, arcarão os autores com o pagamento das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) do valor corrigido da causa.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 27 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**